REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS

ISSN: 2237-6585

LOCI SEPULCRALES, LUGARES DE MEMÓRIA: OS PANTEÕES RÉGIOS IBÉRICOS NA EUROPA TARDO-MEDIEVAL

LOCI SEPULCRALES, PLACES OF MEMORY: THE IBERIAN ROYAL PANTHEONS IN LATE MEDIEVAL EUROPE

Hugo Rincon Azevedo

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

RESUMO

Este artigo propõe analisar os panteões régios ibéricos no contexto europeu tardo-medieval, destacando sua função enquanto lugares de memória e instrumentos de legitimação política. Com enfoque comparativo, o estudo aborda espaços funerários como o Mosteiro da Batalha (Portugal) e a Catedral de Toledo (Castela), relacionando-os a modelos europeus como a Abadia de *Westminster* (Inglaterra) e a Basílica de *Saint-Denis* (França). A pesquisa investiga a formação de redes culturais e simbólicas entre essas monarquias, evidenciando trocas de práticas, estilos arquitetônicos e representações dinásticas. O estudo fundamenta-se em uma metodologia historiográfica comparada, e recorre a fontes diversas, como crônicas, testamentos reais e registros litúrgicos. Problematiza-se a utilização dos mausoléus como ferramentas de propaganda e como expressões de uma cultura memorial compartilhada, mas adaptada às especificidades locais. O objetivo central é compreender como os panteões régios articularam o sagrado e o político, consolidando a identidade dinástica e reforçando a legitimidade monárquica. Ao dialogar com a História Comparada e as sociedades conectadas, o artigo busca inserir a experiência ibérica em redes de interconexão europeia, contribuindo para os debates sobre a construção de memórias e poderes no Medievo.

PALAVRAS-CHAVE: LUGARES DE MEMÓRIA; PANTEÕES RÉGIOS; MEMÓRIA FUNERÁRIA.

ABSTRACT

This article analyzes the Iberian royal pantheons within the late medieval European context, highlighting their role as places of memory and instruments of political legitimization. Employing a comparative approach, the study examines funerary spaces such as the Monastery of Batalha (Portugal) and the Cathedral of Toledo (Castile), situating them alongside European models like Westminster Abbey (England) and the Basilica of Saint-Denis (France). The research explores the formation of cultural and

symbolic networks among these monarchies, revealing exchanges of practices, architectural styles, and dynastic representations. The study is grounded in a comparative historiographical methodology and draws upon diverse sources, including chronicles, royal wills, and liturgical records. It problematizes the use of mausoleums as tools of propaganda and as expressions of a shared memorial culture adapted to local specificities. The central objective is to understand how royal pantheons integrated the sacred and the political, consolidating dynastic identity and reinforcing monarchical legitimacy. Engaging with Comparative History and connected societies, the article seeks to position the Iberian experience within broader European interconnection networks, contributing to debates on the construction of memory and power in the medieval period.

KEYWORDS: PLACES OF MEMORY; ROYAL PANTHEONS; FUNERARY MEMORY.

Introdução

Durante a Baixa Idade Média, um dos principais mecanismos de afirmação e propagação do poder real foi a edificação de panteões régios: imponentes templos religiosos, frequentemente situados em basílicas, mosteiros e catedrais, destinados a abrigar os corpos dos reis e membros da realeza após sua morte. Esses espaços tinham como objetivo principal a preservação e o culto à memória dos soberanos, perpetuando sua imagem e consolidando sua autoridade para gerações futuras.

A reflexão sobre os panteões régios como lugares de memória, segundo o conceito de Pierre Nora[1], permite identificar como esses monumentos não apenas celebravam a realeza, mas também funcionavam como instrumentos de legitimação política e simbólica das monarquias medievais. Ao mesmo tempo, insere-se essa discussão no âmbito da História Comparada[2] e das sociedades conectadas, ampliando a análise para outros contextos europeus que também compartilharam práticas funerárias similares, evidenciando trocas culturais, influências e adaptações locais.

A produção historiográfica sobre a morte dos reis na Península Ibérica medieval constitui um fundamento relevante para uma das propostas centrais de nossa investigação: o estudo comparado da construção da memória funerária como instrumento de propaganda e legitimação política pelas dinastias ibéricas na Baixa Idade Média. Para tanto, recorremos ao aporte teórico da história comparada[3], especialmente às

[1] NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós Graduados de História da PUC-SP*, v. 10, 1993, p. 7 - 28.
[2] Para uma análise mais geral sobre a História Comparada, ver: BARROS, José D'Assunção. *História Comparada*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
[3] Sobre as diferentes perspectivas metodológicas de História Comparada, ver: *Cf.* BARROS, José D'Assunção. *História Comparada*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

contribuições de Marc Bloch em *Os Reis Taumaturgos* e *Para uma História Comparada das Sociedades Europeias*.[4] A primeira, uma obra clássica, analisa a sacralização das monarquias francesa e inglesa na Baixa Idade Média, enquanto a segunda fornece um arcabouço teórico valioso para compreender as semelhanças e diferenças entre sociedades com contextos históricos, sociais, políticos e culturais próximos, como os reinos de Portugal e Castela no século XV.

Pesquisadores como José Manuel Nieto Soria[5] e Julieta Araújo[6] também oferecem importantes referenciais metodológicos para esta investigação, especialmente no que tange às relações entre as monarquias ibéricas nesse período. Dentro dessa abordagem, Nieto Soria apresenta uma contribuição crucial ao destacar que, apesar da diversidade política da Península Ibérica medieval, ela foi marcada por intensas e complexas redes de poder. Essas interações fomentaram a possibilidade de análises comparadas que transcendam os limites das historiografias nacionais, possibilitando o exame das semelhanças e diferenças entre os reinos ibéricos, particularmente durante a transformação política decisiva de Portugal e Castela no século XV.[7]

Assim, a proposta metodológica adotada busca integrar uma perspectiva comparativa que considere não apenas a especificidade histórica de cada reino, mas também as conexões, os intercâmbios e as influências mútuas que moldaram as dinastias ibéricas em um momento crucial de sua consolidação política e simbólica.

Nos reinos ibéricos, como Castela, Aragão, Portugal e Navarra, os panteões régios desempenharam um papel central na construção da identidade dinástica. Exemplos emblemáticos incluem os mosteiros de Santa Maria de Alcobaça e da Batalha, em Portugal, e a Catedral de Toledo, em Castela. Ambos são representativos não apenas de uma arquitetura monumental, mas também de um esforço consciente de construir espaços destinados à perpetuação da memória régia, integrando o sagrado e o político. Essa prática não se limitou à Península Ibérica. Na Inglaterra, a Abadia de Westminster serviu como

[4] BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*: O caráter sobrenatural do poder régio: França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Ver também BLOCH, Marc. Para uma história comparada das sociedades européias. In: BLOCH, Étienne (Org.); BLOCH, Marc. *História e Historiadores*. Lisboa: Teorema, 1998. p.119 - 150.

[5] NIETO SORIA, José Manuel. Las Monarquias Castella y Portuguesa a fines del Medievo: algunas perspectivas para una Historia Comparativa. *História:* Questões & Debates, Editora da UFPR, Curitiba, nº 37, p. 11 - 36, 2003.

[6] ARAÚJO, Julieta Maria Aires de Almeida. *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2009.

[7] NIETO SORIA, J. M. *Op. cit.*, 2003, p. 12.

local de coroamento e sepultamento real, consolidando-se como um centro simbólico de poder dinástico e identidade nacional. Na França, a Basílica de Saint-Denis tornou-se o panteão da monarquia francesa, sendo palco de práticas que reafirmavam o direito divino dos reis e sua ligação direta com o sagrado.

Os mausoléus reais não apenas refletiam o poder de seus patrocinadores, mas também demonstravam as conexões culturais que atravessavam a Europa medieval. A influência do estilo arquitetônico gótico, por exemplo, pode ser rastreada em diversos desses monumentos, evidenciando a circulação de técnicas construtivas, artesãos e ideias entre diferentes reinos. Além disso, as práticas funerárias relacionadas às dinastias medievais também apresentaram semelhanças significativas. O uso de relíquias sagradas nos panteões, a associação com santos locais e a realização de cerimônias públicas nos sepulcros reais reforçam a ideia de uma cultura memorial partilhada e conectada na Europa Ocidental.

Dessa forma, é necessário problematizar três aspectos fundamentais no estudo dos panteões régios em perspectiva comparada: (1) a função simbólica dos mausoléus reais enquanto lugares de memória e de afirmação política; (2) o desenvolvimento das práticas de edificação e escolha dos panteões, observando continuidades e transformações entre os contextos ibérico, inglês e francês; e (3) as redes de circulação de ideias, práticas e estilos que conectavam essas monarquias.

Ao examinarmos os panteões régios não apenas como expressões isoladas de poder dinástico, mas como parte de uma rede de influências e trocas na Europa medieval, buscamos compreender como essas práticas funerárias não só refletiram as especificidades culturais de cada reino, mas também contribuíram para a formação de uma identidade compartilhada entre as monarquias ocidentais.

Lugares de Memória: os monumentos sepulcrais da realeza na Baixa Idade Média

Os panteões régios na Idade Média constituíam os principais lugares de memória nos reinos da Cristandade. Assim, torna-se necessário refletir sobre o conceito e o significado desses chamados lugares de memória. Pierre Nora destaca que a razão fundamental para um determinado espaço se transformar em um lugar de memória reside em sua capacidade de deter o tempo, bloquear o esquecimento e fixar um estado de coisas, imortalizando, assim, a morte.[8]

[8] NORA, Pierre. *Op. Cit.*, 1993.

Segundo o historiador, o lugar de memória é definido como "toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio material de uma comunidade qualquer."[9] Esses lugares representam vestígios do que deve ser lembrado do passado, formas que mantêm viva uma consciência comemorativa evocada pela história.

Os lugares de memória emergem em um contexto de desritualização do mundo, sendo construídos e preservados pela vontade e pelo esforço coletivo de transformar e renovar essas referências simbólicas. Desse modo, eles tornam-se marcos testemunhais de um tempo que já não existe, símbolos de reconhecimento e pertencimento para um grupo. Além disso, reforçam a afirmação da identidade coletiva em sociedades que frequentemente tendem a valorizar indivíduos homogêneos.[10]

Os lugares de memória surgem e se mantêm a partir da compreensão de que não há memória espontânea; é necessário criar arquivos, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres e marcar aniversários, ou seja, realizar ações comemorativas que visem preservar e evocar as lembranças que se deseja perpetuar por meio desses locais.

Conforme Pierre Nora, os lugares de memória pertencem a dois domínios: o "natural" e o "artificial". O domínio natural refere-se a locais que, pela força da consciência coletiva, tornam-se memoráveis sem uma intervenção intencional inicial. Geralmente, esses lugares recebem significado a partir de iniciativas populares, que lhes conferem relevância histórica e simbólica.

Já os lugares de memória do domínio artificial são deliberadamente criados com o objetivo específico de evocar e preservar a memória de algo — um evento, uma batalha, ou uma situação histórica particular. Esses locais possuem uma intenção clara de "recordar o passado" e, diferentemente dos lugares naturais, não são prontamente assimilados pela população. Por isso, demandam um esforço contínuo de propagação e repetição para consolidar sua função memorial.[11]

Dentro da perspectiva de Pierre Nora, na Idade Média, os principais guardiões da memória monárquica, ou *lugares de memória*, eram os monumentos sepulcrais da realeza e da aristocracia. Esses monumentos consistiam, sobretudo, em capelas reais situadas no

[9] NORA, Pierre. Le France, 1: Conflits et partages. In: NORA, Pierre (Org.) Leslieux de mémoire. vol. 3. Paris: Gallimard, 1992, p. 20 Apud CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2018, p. 157.
[10] NORA, Pierre. *Op. cit.*, 1993, p. 13.
[11] NORA, Pierre. *Op. cit.*, 1993, p. 21.

interior de catedrais e mosteiros, geralmente fundados por membros da realeza, com o propósito de comemorar uma vitória militar, uma conquista relevante ou outro marco significativo de um reinado. Dessa forma, a memória era imortalizada em pedra, perpetuando-se em um espaço sagrado onde o trabalho memorial era intensamente cultivado.[12]

Os panteões dinásticos podem ser considerados lugares de memória de caráter "artificial", conforme sugerido por Nora, pois foram edificados ou vinculados à realeza com um objetivo específico: afirmar, propagar e legitimar o poder político. Esses espaços mobilizavam uma série de rituais e cerimônias destinadas a celebrar a memória dos monarcas e de seus reinados, consolidando, assim, sua importância simbólica e política.

Os lugares de memória associados à realeza, localizados em templos religiosos, também se manifestavam como espaços do sagrado. Mircea Eliade observa que todo espaço sagrado "implica uma hierofania, uma irrupção do sagrado que destaca um território do meio cósmico que o envolve, tornando-o qualitativamente diferente."[13] Nesse sentido, os locais de sepultura dos reis eram espaços sagrados, pois neles se dava essa manifestação especial do sagrado.

Esses espaços abrigavam os corpos de membros da realeza e continham "tesouros espirituais", como relíquias, e, em alguns casos, os restos mortais de santos e mártires, elementos que amplificavam a santificação do monumento. Assim, os túmulos reais não eram apenas lugares de memória, mas também lugares do sagrado, representando uma ponte simbólica que conecta os vivos aos mortos.[14]

A representação dos panteões régios como uma "ponte entre o mundo dos vivos e dos mortos" os transforma em espaços físicos que, dentro de uma concepção de geografia sagrada[15], permitem ao homem, por meio da experiência do sagrado, reproduzir nesses recintos a configuração do mundo celeste.

Segundo Fernand Schwarz, essas conexões entre o Céu e a Terra "eram celebradas em lugares geográficos precisos, cujo conjunto constituía um verdadeiro espaço-tempo

[12] HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.
[13] ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 2013, p. 30.
[14] NASCIMENTO, Renata Cristina de S. As exéquias fúnebres no Mosteiro da Batalha. *Mirabilia* - Revista de História da UFES, p. 248 - 259, 2013.
[15] CORBIN, Henry. *Corps spirituel et Terre Celeste*. Paris: Boucher-Chastel, 1979. Ver também ELIADE, Mircea. O espaço sagrado e a sacralização do mundo. In: ELIADE, Mircea. *Op. cit.*, 2013, pp. 25 - 62.

[...] uma imensa rede, cujos nós são as ligações, os pontos de convergência ou de hierogamia (matrimônio sagrado) entre o Céu e a Terra".[16]

Dessa forma, os templos e túmulos que compunham os panteões dinásticos representavam esses "nós mágicos", conexões que transformavam esses monumentos em elementos estruturantes da geografia sagrada. Eles eram, portanto, espaços profundamente simbólicos, apropriados pelas sociedades tradicionais como lugares de celebração, memória e sacralidade.

Nieto Soria afirma que os panteões régios constituíram em toda a Europa dos finais da Idade Média uma das manifestações artísticas de maior vinculação "*a la génesis medieval del Estado moderno, como consecuencia de las posibilidades que tal construcción ofrecía como imagen de Estado, em su doble perspectiva propagandística y legitimadora*".[17] Nessa perspectiva, a escolha de locais sagrados como necrópoles régias representava uma manifestação clara de poder, revelando práticas políticas pessoais dos reis com o objetivo de deixar um legado simbólico duradouro.

Conforme Saul Gomes, esses espaços consistiam em estruturas sepulcrais ou centros simbólicos, atuando como microcosmos dos poderes régios ou aristocráticos. Tais memoriais fúnebres assumiam o papel de monumentos de unificação do reino e, em diferentes contextos históricos, transformavam-se em locais de repouso para diversas gerações da realeza ou da aristocracia. Esses panteões régios, enquanto memoriais póstumos, justificavam-se, dentro de uma tradição cristã, pela escolha de catedrais e mosteiros como lugares privilegiados para sua fundação. Além de consolidarem a memória dinástica, reforçavam a conexão simbólica entre o sagrado e o poder temporal, perpetuando a legitimidade e a centralidade da monarquia no imaginário político e espiritual da sociedade medieval.[18]

Para Nogáles Rincón, "*la memória funerária constituyó uno de los ámbitos preferentes de la representación regia*".[19] A importância dada aos monumentos

[16] SCHWARZ, Fernand. *Mitos, ritos e símbolos. Antropologia do Sagrado*. Lisboa: Edições Nova Acrópole, 2018, p. 106.
[17] NIETO SORIA, J. M. *Ceremonias de la realeza*: propaganda y legitimación em la Castilla Trastámara. Madrid: Editorial Nerea, 1993, p. 116.
[18] GOMES, Saul António. Os Panteões Régios Monárquicos Portugueses nos séculos XII e XIII. *2° Congresso Histórico de Guimarães.* Actas do Congresso, v. 4, C.M.G. e Universidade do Minho, Guimarães, 1997, p. 283.
[19] NOGÁLES RINCÓN, David. La memoria funeraria regia enel marco de laconfrontación política. In: NIETO SORIA, José Manuel (Dir.). *El conflicto em escenas*: La pugna política como representación em la Castilla Bajo medieval. Madrid: Sílex: 2010. p. 323 - 355, p. 323.

funerários pelos monarcas medievais se constituem essencialmente em três fatores: a) a capacidade do sepulcro para a perpetuação e a construção da memória (no medievo a palavra memória se associa à memória dos mortos, à monumentos fúnebres); b) a memória funerária como parte da representação de caráter cerimonial, iconográfico e simbólico; c) a capacidade das capelas reais e dos panteões régios para atender à necessidade representativa da monarquia nos aspectos políticos e religiosos.

Em síntese, a memória funerária "*presenta un valor añadido respecto a la memoria escrita u oral, al invocar directamente a una realidad tangible*".[20] Essa realidade tangível é construída e evocada de forma semelhante as memórias escrita e oral, por meio da transmissão, supressão e recriação do passado, como principais mecanismos de evocação da memória histórica. Porém, a capacidade de promoção da lembrança de um passado cristalizado dos monumentos fúnebres, ou lugares de memória, e as suas políticas patrimoniais, da preservação à destruição, foram aspectos fundamentais do exercício do poder e da autoridade, na sua gestão e no controle da memória por parte dos detentores do poder.

A construção dos lugares de propagação do poder régio por meio do discurso da memória da morte passava por mecanismos e recursos de representação funerária, por meio de todo um aparato cerimonial, de uma retórica literária, do iconográfico-artístico e do uso do simbólico, recursos que se utilizavam do caráter visual, oral e escrito.[21] No cerimonial, os funerais régios consistiam num evento grandioso, que objetivavam a "*exaltación individual del rey y el énfasis en la dimensión religiosa da realeza*".[22] Conforme Nieto Soria, em momentos de crise política ou de legitimidade de um governo, o recurso aos cerimoniais fúnebres era um dos principais mecanismos utilizados pela monarquia para o exercício da sua autoridade, "*son tanto más pomposas y tienen tanta más dimensión pública encuanto que se da una situación política más inestable*".[23] Em outras situações, a pompa lançada nas exéquias fúnebres tendia a reduzir a sua dimensão cerimonial, pautando-se na humildade régia como manifestação de um ideal de virtude.[24]

[20] NOGÁLES RINCÓN, David. *Op. cit.*, 2010, p. 324.
[21] NOGÁLES RINCÓN, David. *Op. cit.*, 2010, p. 325.
[22] NOGÁLES RINCÓN, David. *Op. cit.*, 2010, p. 328.
[23] NIETO SORIA, J. M. *Op. cit.*, 1993, p. 112.
[24] NOGÁLES RINCÓN, David. *Op. cit.*, 2010, p. 328.

Podemos relacionar a teoria de Nieto Soria sobre o recurso de cerimoniais fúnebres régios grandiosos em tempos de instabilidade política[25] ao caso da morte do rei português D. João I (1357 – 1433), em 13 de agosto de 1433. Nos três meses seguintes ao seu falecimento o ataúde com o corpo do monarca ficou exposto na Sé de Lisboa para uma última despedida dos seus súditos, depois seguiu em procissão pelo reino até o seu sepultamento numa pomposa cerimônia fúnebre no Mosteiro da Batalha.[26]

Na altura da morte de D. João, não se pode falar de instabilidade ou mesmo de crise política, pois tendo ratificado a paz definitiva com os castelhanos dois anos antes, o velho monarca parecia poder descansar em paz, principalmente considerando que sua sucessão estava garantida com D. Duarte (1391 – 1438), que já exercia o poder junto ao pai há pelo menos 20 anos.[27] Nesse sentido, a questão de legitimidade da Casa de Avis já parecia resolvida, no seio da Cristandade e entre os vizinhos peninsulares. Porém, como demonstrou Julieta Araújo, para Portugal e Aragão, o poderoso vizinho castelhano era sempre uma ameaça.[28] Convinha a D. Duarte realizar um magnífico cerimonial fúnebre para o seu antecessor, lançando assim as bases do poder da dinastia e do que viria a ser o seu reinado.[29]

Em relação ao recurso retórico literário, os textos gravados nos túmulos e nos monumentos sepulcrais da realeza atuavam no sentido de construção da história idealizada do monarca sepultado, pois o papel da escrita como veículo de comunicação seria fundamental nas estratégias da memória, como ponderou Santo Isidoro de Sevilha.[30] Os registros escritos nos monumentos fúnebres seriam capazes de explicitar o objetivo

[25] Referimo-nos ao contexto de entronização da dinastia de Avis em meio a Crise Dinástica de 1383 – 1385. Com a morte de D. Fernando em 1383, o último monarca português da Casa de Borgonha, iniciou-se uma crise sucessória no reino português, com diversos candidatos ao trono. Esse rei deixou apenas uma filha e herdeira, casada com o rei de Castela, Juan I, que invadiu o reino o reivindicando para si. Uma parte da sociedade lusitana, buscou na figura de um irmão bastardo de D. Fernando, D. João, então Mestre da Ordem de Avis, e o único dos meios-irmãos do monarca que se encontrava no reino, o candidato ideal para ocupar o trono português. Tornando-se Regedor e Defensor do reino em 1384 na cidade de Lisboa, D. João assumiu a liderança portuguesa na guerra contra Castela, sendo eleito rei em Cortes de Coimbra no ano de 1385 e, meses mais tarde, derrotando Juan I na célebre Batalha de Aljubarrota. Ver: COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I, o que re-colheu Boa Memória*. Lisboa: Temas e Debates, 2008.

[26] AZEVEDO, H. R. *Morte e poder:* o Mosteiro da Batalha e a construção da memória funerária de Avis no contexto Ibérico (Século XV). 2021. 376 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

[27] VENTURA, M. G. *A Corte de D. Duarte:* política, cultura e afectos. Lisboa: Verso da História, 2013.

[28] ARAÚJO, Julieta Maria Aires de Almeida. *Op. Cit.*.

[29] JORGE, Orlindo; REDOL, Pedro. O panteão régio da batalha: propaganda, inovação e identidade (1415-1515). *Arqueologia & História*. Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses, v. 69, p. 185 - 201, 2017.

[30] SAN ISIDORO DE SEVILLA. *Etimologias*. Edición bilíngue. Madrid: Biblioteca de Autores Christianos, 2009.

geral do projeto funerário da realeza, em primeiro lugar enfatizando os laços genealógicos do monarca ali sepultado, ligando-o aos seus antecessores, a exemplo do patronato de D. Henrique II (1369 - 1379) sobre a Capela Real de Córdoba, panteão de Fernando IV (1295 - 1325) e Afonso XI (1312 - 1350). Em segundo lugar, reforçando a continuidade de um projeto artístico. Por último, na exaltação da política religiosa da monarquia, como fizeram os *Reis Católicos* na Catedral de Granada.[31]

Nas cerimônias fúnebres, os sermões realizados pelos clérigos eram fortes instrumentos de propagação do poder real. Tratava-se de sermões que objetivavam a exaltação individual do rei falecido em torno das suas virtudes, e "*en reflexionar sobre el carácter efímero de las florias terrenas y el poder [...] el planto y elogio fúnebre, que glosarían las virtudes del difunto em un marco de alabanza y legitimación de su poder*".[32] Citamos, por exemplo, o sermão realizado pelo franciscano frei Fernando de Arroteia[33] nas exéquias de D. João I.[34] Conforme Rui de Pina, o frade proferiu uma missa em memória do monarca, de acordo com as recomendações do rei D. Duarte, enfatizando os feitos virtuosos de D. João, com ênfase em sua bem-aventurança e na sua boa memória, no ideal de Rei Invicto, ressaltando os feitos em nome da Fé Cristã na Conquista de Ceuta em 1415, apoiando-se na sua virtuosa esposa D. Filipa de Lencastre e nos pródigos filhos que geraram.[35] Os sermões do clérigo glorificavam a memória da linhagem de Avis, se traduzindo num elemento fundamental da propagação do poder.

Nos panteões régios, os elementos iconográficos e artísticos são os principais cristalizadores da memória do que se pretende evocar e materializar para a posteridade, pois esses recursos tinham por objetivo a exaltação genealógica e pessoal do monarca. A conservação dos restos mortais e a edificação do sepulcro seriam fundamentais na construção idealizada da realeza, monumentos tipicamente medievais que exerciam o papel de despertar memória.[36]

---

[31] REDONDO CANTERA, Maria José. Los sepulcros de la Capilla Real de Granada. In: ZALAMA, Miguel Ángel (Dir.). *Juana I en Tordesillas:* su mundo, su entorno. Valladolid: Consejo superior de investigaciones científicas, 2010, pp. 185 - 214.
[32] NOGÁLES RINCÓN, David. *Op. cit.*, 2010, p. 332.
[33] DINIS, A. J. Dias. *Esquema de sermão de el-rei D. Duarte para as exéquias de D. João I, seu pai*. Braga: Tip. das Missões Franciscanas, 1954.
[34] AZEVEDO, H. R. *Op. Cit.*, 2021.
[35] PINA, Rui de. Crónica del Rei D. Duarte. In: PINA, Rui de. *Crónicas*. Introdução e Revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: LELLO & IRMÃO, 1977.
[36] NOGÁLES RINCÓN, David. *Op. cit.*, 2010, p. 334.

A preocupação com a sepultura é um elemento recorrente nos testamentos régios, como no caso dos reis da primeira dinastia em Portugal[37] e também da Casa de Avis.[38] D. João I reforçou que havia ordenado a construção da sua arca tumular com Dona Filipa de Lencastre em seu testamento de 1426, deixando delimitadas instruções de como deveria ser o monumento, do local, da posição a ser inserido, à delimitação daqueles que poderiam usufruir de jazigos na Capela do Fundador no Mosteiro da Batalha.[39] Em Castela, nota-se essa disposição régia nos exemplos testamentários e cronísticos, no que se considerava como nobre, honrado e digno do estado real a edificação de sepulcros e de capelas equivalentes a sua condição[40], como exigia D. Sancho IV (1284 - 1295) em sua "*regia sepultura*" ou D. Henrique II (1369 - 1379) que demandava que seu corpo fosse enterrado "*honradamente, como de Rey, en la Iglesia de Sancta Maria de Toledo [...] E mandamos é tenemos por bien que en el dicho lugar sea fecha una capillala mas honrada que ser pudiere*".[41]

A atuação dos reis medievais na edificação de seus próprios monumentos sepulcrais, na confecção de novos sepulcros para os seus antecessores ou na restauração dos túmulos originais, consistia no desejo de exaltação da sua ascendência, "*en énfasis en la prerrogativa del poder régio legítimamente constituído em disponer sepulcro a favor de sus antecesores, y la privilegiada posición del promotor*".[42] Essa questão pode ser observada nos devidos cuidados destinados por D. Duarte para com o túmulo dos pais no Mosteiro da Batalha, garantindo que se cumprissem as vontades póstumas do rei D. João

[37] Sobre essa questão ver: MOTA, António Brochado da. *Testamentos Régios - Primeira Dinastia (1109 - 1383)*. 223 f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa Lisboa, 2011. Para uma análise dos significados políticos dos sepulcros da Casa de Borgonha, ver: AZEVEDO, H. R. Os significados políticos dos lugares de sepultura dos Reis de Portugal entre os séculos XII e XIV. Revista de História da UEG, v. 13, p. 1-27, 2024.
[38] AZEVEDO, H. R. *Op. Cit.*, 2021.
[39] Testamento de D. João I (1426). Documento publicado em GOMES, Saul Antônio (org.). *Fontes históricas e artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha:* Séculos XIV- XVI. Batalha: IPPAR. 2002, v. 1, pp. 134 - 138.
[40] GUIANCE, Ariel. *Los discursos sobre la muerte en la Castilla medieval (siglos VII-XV)*. Valladolid: Consejería de Educación y Cultura, 1998.
[41] Testamento de D. Henrique II de Castela (1374). In: AYALA, Pedro López de. Crónica d'el Rey Don Enrique II. In: _____. *Crónicas de los Reyes de Castilla* Don Pedro, Don Enrique II, Don Juan I, Don Enrique III. Madrid: Imprensa de Dom Antônio de Sancha, 1779. In: ROSSEL, Cayetano (Ed.) *Crónicas de los reyes de Castilla*, desde don Alfonso el Sabio hasta los católicos don Fernando y doña Isabel; Tomo II. Madrid: M. Rivadeneyra, 1875-1878. [Cópia digital, Valladolid; Junta de Castilla y León. Consejería y Turismo, 2009-2010], p. 39.
[42] NOGÁLES RINCÓN, David. *Op. cit.*, 2010, p. 334.

I.[43] O sucessor de D. Duarte, D. Afonso V (1438 – 1481), também daria atenção ao monumento fúnebre do pai e às suas vontades sepulcrais.

Conforme Rui de Pina, D. Duarte desejava ser sepultado em um túmulo conjugal com sua esposa, a rainha Dona Leonor de Aragão, na capela que mandou construir no panteão batalhino. Porém, após ser afastada da regência do reino pelo infante D. Pedro, esse veio a falecer em exílio no reino de Castela no ano de 1445. Dez anos depois, D. Afonso V mandou trasladar os restos mortais de sua mãe, sepultados em Toledo, para a capela-mor do Panteão de Avis, cumprindo assim com sua obrigação para com os desejos testamentários de seus pais.[44]

Observamos que essa relação de cuidado dos monarcas com a memória funerária dos seus antecessores consistia em mais do que uma obrigação protocolar do rei sucessor, mas também num projeto político. Em Castela, Sancho IV utilizou insistentemente da imagem do pai, o rei D. Afonso X (1252 - 1284), e de seu monumento fúnebre em suas ações políticas. Durante sua estadia em Sevilha no ano de 1284, mandou edificar uma efígie do monarca na capela real da Catedral dessa cidade, demonstrando sua autoridade e apaziguando seus adversários políticos, como da região de Múrcia, em que entregaria o coração de Afonso X como um "tesouro espiritual" a ser guardado no *Monasterio de Santa María de la Real* que ali se localizava.[45] D. Henrique II também manifestaria as devidas atenções ao monumento sepulcral de seu progenitor, o rei D. Afonso XI, assim como Isabel I, que patrocinaria diversas reformas na Cartusiana de Miraflores, onde encontra-se sepultado seu pai, o rei D. Juan II.[46] D. Isabel I (1474 – 1504) registrou em seu testamento "*mando que sea cumplido el testamento del rey don Juan mi señor e padre sancto para iso aya quanto toca a lo que mandó para honrrar su sepultura en el devoto monasterio de Santa María de Mirafores*".[47]

[43] DUARTE, Luís Miguel. *D. Duarte*: réquiem para um rei triste. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.
[44] De acordo com o cronista Rui de Pina: "neste ano (1455) logo despois da morte da Raynha, ElRey enviou pela ossada da Raynha Dona Lianor, sua Madre, que jazia em Toledo, onde falleceo como a tras fyca, a qual, com grande honrra, e com muyta e nobre gente foy trazida a Elvas, onde ElRey com todollos grandes, e Prelados do seu Reyno afoy receber, e a levou ao Moesteiro da Batalha, em que com a divyda sollenidade e cirimonia, que em tal auto e a tam alta Raynha se requeria, foy lançada com ElRey Dom Duarte seu marido". PINA, Rui de. *Op. Cit.*, p. 771.
[45] NOGÁLES RINCÓN, David. *Op. cit.*, 2010, p. 334.
[46] YARZA LUACES, Joaquin. La Cartuja de Miraflores: los sepulcros. *Cuadernos de Restauración de Iberdrola*, v. XIII, 2007.
[47] Testamento de D. Isabel I (Medina del Campo, 1504). In: Archivo General de Simancas, PTR, Leg. 30, Doc. 2. fl. 9.

Nota-se que Henrique II, fundador da dinastia de Trastâmara, e Isabel I não eram sucessores diretos dos monarcas anteriores (Pedro I, meio-irmão de Henrique II e Henrique IV (1454 – 1474), meio-irmão de Isabel I), o que justificava o apego à memória do rei progenitor como um suporte de legitimação política.[48] D. Isabel, a Católica, mandou edificar uma capela real em Miraflores e ali manifestava o desejo de ser sepultada até a conquista de Granada em 1492, que mudaria os planos da monarca em relação ao seu projeto funerário. Essas estratégias foram adotadas também por outros reis da Europa medieval, como Henrique VII (1485 - 1509) da Inglaterra, bem como por D. João I de Portugal, que mesmo com sua dedicação ao Panteão da Batalha, não deixou de destinar recursos aos monumentos fúnebres de seu irmão D. Fernando (1367 – 1383), sepultado no convento de São Francisco em Santarém, de seu avô D. Afonso IV (1325 – 1357) na Sé de Lisboa e de seu pai D. Pedro I (1357 – 1367) no Mosteiro de Alcobaça.[49] Essas estratégias objetivavam exaltar a memória do rei morto, que por meio da dispersão de programas iconográficos de caráter político-religioso, representavam a concepção de continuidade dinástica.[50]

A escolha do local de sepultamento dos monarcas no Ocidente Medieval estava profundamente associada à representatividade simbólica da cidade ou do espaço religioso em que seus restos mortais seriam preservados para a posteridade. Entre os mais icônicos desses lugares de memória funerária régia destacam-se a Abadia de Westminster, na Inglaterra, e a Basílica de Saint-Denis, na França. Esses monumentos, consolidados durante a Baixa Idade Média como panteões régios, foram não apenas marcadores da continuidade dinástica, mas também instrumentos de manipulação simbólica. Em muitos casos, essa manipulação envolvia a repatriação das ossadas de monarcas de períodos anteriores ou a construção de monumentos que evocassem suas memórias.

Os modelos de panteões dinásticos estabelecidos em Westminster e Saint-Denis se tornaram referências para as monarquias hispânicas durante a Baixa Idade Média. Em ambos os casos, a sacralização do espaço esteve ligada à veneração de reis santos, como São Luís na França e Eduardo, o Confessor, na Inglaterra. Essa ligação simbólica foi adotada pelas monarquias ibéricas, que buscaram elaborar mausoléus reais centralizados.

[48] VALDEÓN BARUQUE, Julio. *La dinastía de los Trastâmara*. Madrid: Fundación Iberdrola, 2006.
[49] COELHO, Maria Helena da Cruz. *Op. cit.*, 2008, pp. 363 - 366.
[50] NOGÁLES RINCÓN, David. *Op. cit.*, 2010, p. 335.

Esses projetos encontraram maior expressão no contexto peninsular do século XV, adaptados às especificidades políticas, culturais e religiosas da região.[51]

No caso inglês, o culto a Eduardo, o Confessor, desempenhou papel central na consolidação de Westminster como panteão dinástico.[52] Sob o reinado de Eduardo I (1272–1307), reformas significativas foram promovidas para transformar a abadia em mais do que um local de sepultamento. O objetivo era estabelecer um centro de culto à realeza, reforçando a autoridade monárquica por meio da realização de cerimônias régias fundamentais, como a unção e a coroação dos soberanos ingleses. Essa transformação fez de Westminster não apenas um mausoléu real, mas também um espaço sagrado que conectava a monarquia ao poder divino, consolidando sua legitimidade política e religiosa.

Ao analisar esses exemplos, é possível perceber como os panteões régios de Westminster e Saint-Denis exerceram influência significativa sobre os reinos ibéricos. O esforço em replicar esses modelos revela as dinâmicas de circulação cultural e política na Europa medieval, evidenciando que, mesmo em contextos distintos, as monarquias utilizavam os panteões régios como instrumentos de memória, propaganda e centralização do poder.

A consolidação da Basílica de Saint-Denis como panteão dinástico da monarquia francesa também se deu em um processo semelhante à Westminster. A cerimônia fúnebre do Rei Felipe II (1180 - 1223) na basílica se tornou num modelo ideal de culto à morte régia para os reis franceses, mas seria durante o reinado de Luís IX que Saint-Denis se configuraria como centro de culto à memória da realeza na França.[53] Na segunda metade do século XIII, Luís IX realizou uma série de reformas no panteão, reorganizando o mausoléu régio, construindo novas tumbas e efígies de seus ancestrais, dos soberanos carolíngios aos capetíngios, reforçando um ideal de continuidade da instituição monárquica.

Conforme Ernst Kantorowicz, no imaginário do homem medieval, "Rei é um nome de continuidade, que sempre perdurará como a cabeça e o governante do povo,

[51] Referimo-nos ao Mosteiro da Batalha e a Dinastia de Avis em Portugal, ao Mosteiro de Poblet em Aragão e a Catedral de Pamplona em Navarra. Em Castela, os três primeiros monarcas da Casa de Trastâmara tentariam apropriar-se da Catedral de Toledo a partir da elaboração de um panteão na Capela dos Reis Novos, mas a ideia não resistiria à individualização da memória funerária dos reis da dinastia durante esse período.

[52] BISNKI, Paul. *Westminster Abbey and the Plantagenets:* Kingship and the Representation of Power, 1200-1400. New Haven: Yale University Press, 1995.

[53] LE GOFF, Jacques. *São Luís*: Biografia. Rio de Janeiro: Record, 2010, pp. 244 - 258; 266 - 272.

como supõe a Lei [...], e nisto o Rei nunca morre".[54] Dessa forma, a sua canonização como São Luís, em 1298, constituiu no elemento unificador do templo como panteão dinástico, pois o monarca se converteu na figura central da memória régia em França.[55] Com exceção de Luís XI (1461 - 1483), sepultado em Notre-Dame de Cléry, todos os sucessores de São Luís até o século XVIII escolheram como guardiã da sua memória fúnebre o panteão de Saint-Denis.

Três elementos foram essenciais na escolha dos lugares de sepulcro dos monarcas medievais, seguindo a tradição que contemplasse uma junção entre historicidade e religiosidade: em primeiro lugar, priorizava-se a eleição de espaços sacros ligados aos santos de certo prestígio ou aos monarcas ali sepultados.[56] Em Westminster, por exemplo, centrava-se no sepultamento de Santo Eduardo, o Confessor (1042 - 1066)[57], que motivaria os reis Henrique V (1412 - 1422), da Casa de Lencastre, e Eduardo VI (1547 - 1553), da Casa de Tudor, a buscarem a construção de um monumento fúnebre no principal panteão inglês como uma estratégia de legitimação política.[58] No Reino da Inglaterra, D. Henrique III (1216 - 1272) realizou diversas reformas na Abadia de Westminster, onde escolheu sepultar-se, desejando vincular sua memória funerária a de Santo Eduardo. De acordo com Marc Bloch "ainda hoje, Eduardo, o Confessor, é quase universalmente considerado o fundador do rito inglês".[59] Esse rei, "foi muito cedo considerado santo. Seu culto, ainda desprovido de toda a consagração oficial, já existia sob Henrique I".[60]

Em França, o Rei Luís IX (1226 - 1270)[61], canonizado São Luís pelo papa Bonifácio VIII (1295 - 1303) no ano de 1297[62], seria a figura santa sepultada no panteão francês, a Basílica de Saint-Denis. Essa se tornaria um panteão dinástico que influenciaria

[54] KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do rei*: um estudo sobre teologia política medieval. S. Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 246.
[55] LE GOFF, Jacques. *Op. cit.*, 2010, pp. 244 - 258; 266 - 272.
[56] NOGÁLES RINCÓN, David. *Op. cit.*, 2010, p. 338.
[57] *C*REX, Peter. *Edward The Confessor.* King of England. Stroud, Gloucestershire: Amberley Publishing, 2013.
[58] NOGÁLES RINCÓN, David. *Op. cit.*, 2010, p. 340.
[59] BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. São Paulo: Cia das Letras, 1993, p. 62 - 63.
[60] BLOCH, Marc. *Op. cit.*, 1993, p. 62 - 63.
[61] LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.*, 2010.
[62] LE GOFF, Jacques. La sainteté de saint Louis: sa place dans la typologie et l'évolution chronologique des rois saints. In: Les fonctions des saints dans le monde occidental (IIIe-XIIIe siècle), *ACTES* du colloque de Rome (27-29 octobre 1988), Rome: École Française de Rome, 1991. pp. 285-293. (Publications de l'École française de Rome, 149).

no modelo de monumentos funerários régios da Europa tardo-medieval[63], sendo abrigo de sepultamentos de reis franceses das dinastias Merovíngia, Carolíngia, Capetíngia, da Casa de Valois e Bourbon, a outros soberanos, membros da realeza e da aristocracia francesa, da Idade Média ao século XVIII.

Com a sua construção iniciada por volta do século VII, a evocação do panteão de Saint-Denis como o guardião dos corpos e da memória da realeza francesa se apoiaria na trasladação da tumba do Rei merovíngio Clóvis I para o lugar.[64] Desse modo, um elemento essencial para a consolidação dos mausoléus régios em Westminster e Saint-Denis consistiu na presença de um rei santo sepultado nesses recintos, o que tornou as figuras de Eduardo, o Confessor, e Luís IX modelos ideais de articulação da memória dinástica, com os quais os reis franceses e ingleses poderiam exaltar sua própria legitimidade, ressaltando a continuidade de uma linhagem vinculada a distintos predecessores.

Em segundo lugar, reforça-se a concepção de cidades vinculadas a memória de vitórias e conquistas régias.[65] O Mosteiro de Santa Maria da Vitória e a Vila da Batalha são exemplos dessa vinculação entre o monarca, o seu lugar de memória e o seu monumento fúnebre.[66] D. João I, desde o primeiro documento em que mandou erguer uma pequena casa de oração nas cercanias do local onde venceu os Castelhanos em 14 de Agosto de 1385 até a consolidação do seu projeto nas primeiras décadas do século XV, reforçava a importância do monumento, ordenando em seu testamento de 1426 que ali desejava ter sepultura, pois se tratava do lugar que evocava e propagava a memória da batalha que lhe garantira o trono frente ao reino de Castela.[67]

Em terceiro lugar, a escolha dos sepultamentos régios se dava por cidades de grande relevância histórica ou eclesiástica[68], que no caso de Castela seria Toledo. Assim afirmou D. Sancho IV em um privilégio emitido em 1285, referindo-se à cidade como a

---

[63] FERNANDES, Carla Varela. D. Afonso IV e a Sé de Lisboa: a escolha de um lugar de memória. *In: Arqueologia e História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, v. 58/59. p. 143-166, 2006/2007, p. 143.
[64] LE GOFF, Jacques. *Op. cit.*, 2010.
[65] NOGÁLES RINCÓN, David. *Op. cit.*, 2010, p. 335.
[66] GOMES, Saul António. *Vésperas Batalhinas*: Estudos de História e Arte. Leiria: Edições Magno, 1997.
[67] Referimo-nos a um diploma régio emitido pela Chancelaria do rei D. João I no ano de 1388, em que o soberano afirma que pela honra e em agradecimento à Virgem, mandou construir uma "casa de oração" nas cercanias do local da batalha. A.N.T.T. *Chancelaria de D. João I*, fls. 191-vº. Documento publicado em GOMES, Saul António. *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*: Subsídios para a História da arte portuguesa. Coimbra: Faculdade de Letras, 1990, p. 383.
[68] NOGÁLES RINCÓN, David. *Op. cit.*, 2010, p. 335.

cabeça do Império da Espanha, dos tempos dos Godos aos seus dias.[69] A importância de Toledo pautava-se no centro do contexto ideológico da Reconquista, pois ali se encontrava a capital do Império Visigótico de Toledo no alto medievo. Sepultar-se na sede do poder dos seus antepassados é o que desejava boa parte dos reis castelhano-leoneses, pois assim a sua legitimação se voltava aos primeiros reis cristãos da região, que, dentro do caráter mítico-religioso da época, era um poderoso argumento de propagação da autoridade régia.

Os panteões dinásticos se traduziam não apenas num mecanismo de legitimação de novas dinastias, mas também como um elemento de promoção das casas monárquicas surgidas em meio a crises e instabilidade política. É o caso da Catedral de Toledo e dos reis da Casa de Trastâmara, que ali fundaram a Capela dos Reis Novos, onde se encontram sepultados os três primeiros soberanos da dinastia: D. Henrique II, D. Juan I e D. Henrique III, numa clara tentativa de legitimar a nova dinastia unindo-se na pós-morte aos reis do passado sepultados naquele que era o principal panteão régio do reino de Castela.[70]

Em Portugal, a Conquista de Ceuta[71] em 1415 deu a D. João I a possibilidade de lançar um panteão fúnebre próprio, rompendo com os monumentos sepulcrais da Dinastia de Borgonha em Portugal. O Mosteiro da Batalha, ao receber os corpos dos quatro primeiros reis de Avis, tornava-se grande elemento de legitimação e de consagração do poder da realeza. Comparando ao caso castelhano, concordamos que as dinâmicas *"desarrolladas por la dinastia Trastámara serían equiparables específicamente a las*

[69] ESCUDERO DE LA PEÑA, J. M. Privilegio rodado e historiado del rey D. Sancho IV. In: *Museo español de antigüedades*. Vol. I, 1872, p. 98. (Texto integralmente transcrito em nota de pé de página).

[70] ROCHA, Cinthia M. M. *Uma boa morte honra toda a vida*: capelas funerárias de reis e nobres em Castela no século XV. 360 f. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

[71] A conquista da cidade de Ceuta pelos portugueses em 1415, descrita na *Crônica da Tomada de Ceuta* por Gomes Eanes de Zurara, foi um evento de grande importância simbólica e estratégica para o reino de Portugal. A narrativa de Zurara enfatiza o caráter heroico e cristão da expedição, apresentando-a como uma cruzada contra os mouros, alinhada ao ideal de guerra santa. A crônica destaca o papel central de D. João I e de seus filhos – os infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique – na organização e liderança da campanha, retratando-os como exemplos de virtude e coragem. Sobre a crônica, ver: ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da tomada de Ceuta por El Rei D. João I*. Publicada por ordem da Academia das Sciências de Lisboa segundo os Manuscritos nº 368 e 355 do Arquivo Nacional por Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Sciências de Lisboa, 1915. Além da motivação religiosa, a conquista também buscava afirmar o poder da dinastia de Avis e inaugurar uma nova era de expansão portuguesa. Sobre a conquista de Ceuta, ver a obra DUARTE, Luís Miguel. *Ceuta, 1415*. Lisboa: Livros Horizonte, 2015.; e o estudo ORTA, Daniel Augusto Arpelau. Tomada de Ceuta: uma Batalha em fim de época. *In:* GUIMARÃES, Marcella Lopes (Org.). *Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e Narrativas Ibéricas Medievais*. Curitiba: Ed. UFPR, 2013. p. 157 - 195.

documentadas en el panteón portugués de Batalla, en relación con el proceso de legitimación de la dinastía Avis".[72]

Na Inglaterra, a Casa de Tudor faria da Capela de São Jorge em Windsor sua necrópole régia, assim como Henrique VII (1485 - 1509) imortalizaria a sua dinastia em Westminster ao construir sua capela régia na catedral.[73] No ramo aragonês da Casa de Trastâmara, daria-se por meio das políticas de Fernando I (1412 - 1416) e Juan II (1458 - 1479) ao privilegiarem o Mosteiro de Poblet, ligando-se à Martim I (1396 - 1410) e à dinastia anterior ali sepultada.[74]

Conforme Carla Varela Fernandes, a aglomeração dos corpos dos reis em um único espaço religioso permitia o desenvolvimento da *religio regis*, em que coexistiam conceitos "como o da eternidade do rei ('os dois corpos do rei' natural e político, sendo o segundo eterno) bem como a veneração dos mesmos, tanto pela presença das sepulturas com os restos mortais, como por um conjunto de objectos com eles relacionados".[75] As imagens projetadas nos monumentos sepulcrais da realeza medieval objetivavam evocar o direito ao trono dos monarcas, demonstrando que sua entronização havia sido legítima. Os casos de D. João I de Portugal e D. Henrique II de Castela nos mostram como o recurso a exaltação da memória régia por meio do monumento funerário propagava a legitimidade do exercício do poder, bem como de nascimento e, assim, acabava por obscurecer e deslegitimar os seus adversários políticos.

A respeito da Casa de Avis, temos a construção de uma memória negativa *post-mortem* do rei D. Fernando pelo cronista Fernão Lopes[76] e em Castela o projeto de esquecimento da memória funerária do rei D. Pedro I de Castela efetivado por Henrique II.[77] Representa-se assim um eco *"significativo que la própria creación de memória tuviera en si misma, de una forma preferente, unas connotaciones positivas en la mentalidad medieval, expresadas en torno a las acciones memorar, remembrar,*

[72] NOGÁLES RINCÓN, David. *Op. cit.*, 2010, p. 343.
[73] BISNKI, Paul. *Op. cit.*, 1995.
[74] DEULOVOL, Federico Marés. *Las tumbas reales de los monarcas de cataluña y aragondelmonasterio de Santa Maria de Poblet*. Barcelona: *Asociación de Bibliófilos de Barcelona*, 1953
[75] FERNANDES, Carla Varela. D. Afonso IV e a Sé de Lisboa: a escolha de um lugar de memória. *In: Arqueologia e História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2006/2007. v. 58/59. p. 143-166, p. 162.
[76] LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto. Barcelos: Oficinas Gráficas da Companhia Editora do Minho, 1990.
[77] AYALA, Pedro López de. *Crónicas de los Reyes de Castilla* Don Pedro, Don Enrique II, Don Juan I, Don Enrique III. Madrid: Imprensa de Dom Antônio de Sancha, 1779. In: ROSSEL, Cayetano (Ed.) *Crónicas de los reyes de Castilla*, desde don Alfonso el Sabio hasta los católicos don Fernando y doña Isabel; Tomo II. Madrid: M. Rivadeneyra, 1875-1878.

rememorar e conmemorar"[78], que expressavam a ideia de trazer em cena a memória do rei morto e celebrá-la.

Dentro da construção da memória funerária régia, as capelas reais no interior dos panteões fúnebres das realezas medievais ocupavam importantes funções político-religiosas. Essas capelas se constituíam em um corpo clerical responsável por atender as necessidades religiosas e espirituais do rei, da sua família e dos membros da Corte.[79] Entre as suas principais características, podemos destacar a fundação régia, tendo como patrono o próprio monarca, a rainha, ou algum membro da família real, com a obra sendo edificada geralmente pelo sucessor do rei idealizador. O seu financiamento e a sua administração partiam essencialmente da Coroa, assim como a obrigação religiosa dos clérigos que atuavam nessas capelas era com o bem-estar da alma e a salvação dos reis.

Conforme Nogáles Rincón, as capelas reais podem ser definidas em quatro planos: institucional, cerimonial, semântico e espacial.[80] No plano institucional, consistem num conjunto de capelas formadas pela Capela Principal (geralmente a Capela Real) e outras secundárias que seguem o mesmo rito hierárquico, caracterizadas em termos gerais pela vinculação clerical à monarquia.

No plano litúrgico, as capelas reais inseridas em mosteiros e catedrais centravam-se em uma liturgia funerária, cuja função, por meio dos capelãos régios, era de assegurar o cuidado da alma do rei. Enquanto essas capelas inseridas nos palácios tinham uma função de zelar pelo bem da alma do monarca em vida, as capelas fúnebres tinham como principal objetivo garantir o bem-estar espiritual do rei morto. Assim, eram lugar de sepultamento e centro de uma série de celebrações de natureza fúnebre, por meio de um conjunto de sufrágios pela alma do soberano ali sepultado.

No plano cerimonial, segue-se o mesmo padrão: os clérigos atuam de acordo com as recomendações e as exigências dos soberanos visando o cuidado com as suas almas. Porém, nas capelas régias situadas nos panteões fúnebres da realeza, há uma maior autonomia dos religiosos, que geralmente seguem os rituais e as liturgias provenientes de suas ordens, a quem o monarca confiara o zelo pelo destino da sua alma e como guardiões da sua memória e de seus restos mortais. Em Portugal, citamos o exemplo dos

[78] NOGÁLES RINCÓN, David. *Op. cit.*, 2010, p. 351.
[79] NOGÁLES RINCÓN, David. Lascapillas e capellanías reales castellano-leonesas en la Baja Edad Media (Siglos XIII - XV): algunas precisiones institucionales. In*:* Revista *Anuario de Estudios Medievales*, Vol. 32, nº 2, p. 737 - 766, 2005.
[80] NOGÁLES RINCÓN, David. *Op. cit.*, 2005, p. 739.

cistercienses e do Mosteiro de Alcobaça, ordem religiosa escolhida pelos reis D. Afonso II (1212-1223) e D. Afonso III (1248-1279), e dos dominicanos no Mosteiro da Batalha, escolhidos por D. João I para administrar o seu panteão e os seus cerimoniais litúrgicos.[81]

No plano semântico, o sentindo de capelas reais é manifestado nas próprias vontades testamentárias dos monarcas, que se referem a esses espaços como "minhas capelas", ou são referidas na documentação como "capela do rei". Assim se referia à Capela do Fundador no Mosteiro da Batalha o rei D. João I, ao recomendar ao então Infante D. Duarte e quem viesse a ocupar o trono português "que nom comsymtam que nymguem se lamçe nem soterre demtro no jazigo que nos mandamos fazer em a **nossa capella**[82], em alto nem no chãao, salvo se for Rey destes regnos".[83] Observemos à semântica, D. João optou diversas vezes no seu testamento por se referir ao monumento fúnebre na Batalha como "nossa capela", o que nos induz pensar que o soberano projetava ali não apenas um lugar de sepultura individual, mas que seus filhos e seus sucessores se juntassem a ele após a morte. Dessa forma, se materializavam os laços do monarca com a sua capela, representando que nesse local se encontravam clérigos e se celebravam ritos em memória da dinastia ali sepultada.

No caso do reino castelhano[84], podemos citar como principais capelas reais situadas em panteões régios: a Capela Real de Sevilha (Catedral de Sevilha), em que se encontram sepultados os reis D. Fernando III (1217 - 1252) e D. Afonso X (1252 - 1284); a Capela Real de Córdoba (Catedral de Córdoba), que guarda os restos mortais de Fernando IV (1295 - 1312); na Catedral de Toledo, a Capela do *Reyes Viejos* - de Santa Cruz, onde estão inseridos os túmulos de Afonso VII (1126 - 1157), Sancho III (1157 - 1158) e Sancho IV (1284 - 1295), e a Capela dos *Reyes Nuevos*, panteão da Casa de Trastâmara, que entre os séculos XIV e XV recebeu os sepultamentos de D. Henrique II, D. Juan I e D. Henrique III, além das rainhas D. Catarina de Lencastre e D. Leonor de Aragão.[85]

Considerações Finais

[81] GOMES, Saul António. Os dominicanos e a cultura em tempos medievais: o caso português. *Biblos*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, n. s. VII, p. 261 - 294, 2009, p. 265.
[82] Grifo nosso.
[83] Testamento de D. João I (1426). Documento publicado em GOMES, Saul António. *Op. cit.*, 2002, v. 1, p. 138.
[84] ARIAS GUILLÉN, Fernando. Enterramientos regios en Castilla y León (842 - 1508): La dispersión de los espacios funerarios y el fracaso de la memoria dinastica. *Revista Anurario de Estudios Medievales*, vol. 45, nº 2, p. 643 - 675, 2015.
[85] NOGÁLES RINCÓN, David. *Op. cit.*, 2005, p. 757.

As reflexões aqui desenvolvidas sobre os panteões régios enquanto lugares de memória e instrumentos de legitimação política destacam a centralidade desses monumentos no universo simbólico e cultural da Baixa Idade Média. Inseridos em uma geografia sagrada e conectada, os mausoléus reais transcenderam suas funções funerárias, convertendo-se em elementos estruturantes de redes culturais, políticas e espirituais que atravessaram a Europa medieval. A partir do estudo comparado de exemplos ibéricos, franceses e ingleses, é possível compreender como esses espaços dialogaram com práticas e tradições compartilhadas, ao mesmo tempo em que refletiram especificidades locais.

No caso ibérico, os panteões régios emergem como manifestações materiais do poder dinástico e da continuidade política. Monumentos como o Mosteiro da Batalha, em Portugal, e a Catedral de Toledo, em Castela, exemplificam a formação de espaços simbólicos que conciliavam elementos do sagrado e do político, legitimando novas dinastias e fortalecendo a memória dinástica. Essas práticas dialogavam diretamente com experiências de outras monarquias europeias, como a Abadia de Westminster e a Basílica de Saint-Denis, que se estabeleceram como centros de culto à realeza e modelos referenciais para a criação de necrópoles reais.

As interconexões culturais evidenciadas nos panteões régios refletem as dinâmicas de circulação de ideias, técnicas construtivas e práticas cerimoniais entre os reinos da Cristandade. A adoção do estilo gótico nos mausoléus, a associação a santos locais e a incorporação de elementos artísticos comuns demonstram como os panteões não apenas consolidaram identidades monárquicas, mas também contribuíram para a formação de uma cultura memorial compartilhada. Essas trocas reiteram a ideia de uma Europa medieval profundamente conectada, na qual os panteões funcionavam como nós em redes culturais que transcendiam fronteiras políticas.

Por outro lado, as especificidades locais permitiram a adaptação desses modelos às necessidades particulares de cada reino. Na Península Ibérica, por exemplo, as narrativas de legitimação dinástica frequentemente incorporaram elementos da Reconquista, conectando os panteões às vitórias militares e à expansão territorial. Essa dimensão política e religiosa conferiu aos mausoléus ibéricos um papel singular no imaginário medieval, reafirmando o poder régio e suas relações com o sagrado.

Ao considerar a perspectiva da História Comparada e das sociedades conectadas, este estudo reforça a importância de analisar os panteões régios não apenas como expressões locais de poder, mas como manifestações de um fenômeno mais amplo de

articulação cultural e política. Essa abordagem permite compreender como os monumentos funerários, em sua função simbólica e prática, contribuíram para a criação de redes de poder e para a formação de identidades dinásticas em diferentes contextos da Europa medieval.

Por fim, ao investigar as práticas funerárias da realeza em uma perspectiva comparada, é possível destacar a riqueza dos debates contemporâneos em torno das conexões e das intertextualidades entre as sociedades medievais. Pretendemos, portanto, contribuir para o diálogo historiográfico, enfatizando a relevância das experiências ibéricas no contexto europeu mais amplo e estimulando novas reflexões sobre a conexão entre a memória, o poder e o sagrado na Idade Média.